

MULHERES CAMPONESAS EM LUTA: RESISTÊNCIA, LIBERTAÇÃO E EMPODERAMENTO

PEASANT WOMEN IN STRUGGLE: RESISTANCE, EMPOWERMENT AND LIBERATION

Isaura Isabel Conte¹

Noeli Valentina Weschenfelder²

RESUMO: durante séculos senão milênios, as mulheres camponesas permaneceram em grande invisibilidade, inclusive, não sendo consideradas sujeitos políticos. No Brasil, elas tornam-se evidentes basicamente após a década de 1970, e, isto se deu grandemente pela força organizativa dos Movimentos populares. Este artigo vai elucidar elementos das lutas das mulheres engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS), desde uma perspectiva da construção da libertação, que o Movimento se propõe como bandeira principal de luta desde o seu surgimento. As análises e reflexões são oriundas de pesquisa de campo e documental, sendo utilizados questionários, consultas bibliográficas, observações com registros e entrevistas no processo de pesquisa participante. Destaca-se como relevante os aprendizados que as mulheres militantes fazem cotidianamente, tanto nos embates no âmbito privado das relações, assim como, nas lutas massivas e publicizadas em que forçam e forjam o novo ainda em construção. Em Movimento estão construindo um feminismo desde o campo e este é um grande desafio tanto para o MMC como para o conjunto da Via Campesina/Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres camponesas, libertação, consciência crítica, empoderamento.

ABSTRACT: for centuries if not millennia, peasant women remained largely invisible, even not considered political subjects. In Brazil, they basically become evident after the 1970s, and this happened largely by the organizational strength of popular movements. This article will clarify elements of the struggles of women engaged in the Movement of Rural Women of Rio Grande do Sul, from the perspective of construction of the

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação sob orientação da Dra. Marlene Ribeiro. Mestre em educação pela Universidade Regional do Rio Grande do Sul (Unijui) e militante do MMC/RS. isauraconte@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Regional do Rio Grande do Sul (Unijui). noeli@unijui.edu.br.

liberation movement that is proposed as the main flag of struggle from its inception. The analyzes and reflections are from field research and documentation, and questionnaires used, bibliographic queries, comments and interviews with records in the process of participatory research. Stands out as the important lessons that women activists are routinely both in clashes in the private relations, as well as the massive and publicized fights in which force and forge new still under construction. Moving're building a feminist from the field and this is a great challenge for the MMC as to the whole of Via Campesina / Brazil.

KEYWORDS: peasant women, liberation, critical conscience, empowerment.

A abordagem sobre a luta das mulheres camponesas é uma forma de colocá-las em evidência e discuti-las, inclusive, com o desafio de suscitar reflexões no e desde o campo educacional. Assim, sublinhamos que nos Movimentos sociais³ populares as aprendizagens ou aprendizados ocorrem em espaços para além das salas de aulas, nos processos de lutas travados cotidianamente. Desse modo, algumas questões são sistematizadas ou escritas, outras, nem podem ser...

Este artigo é oriundo do desenvolvimento de dissertação de Mestrado⁴ em que estudamos como se dá o processo de libertação das mulheres inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS)⁵. A pesquisa foi desenvolvida entre o período de outubro de 2009 a maio de 2010, sendo, utilizado elementos da pesquisa participante, da pesquisa-ação e da objectivação participante⁶.

³ De acordo com Paludo (2011), os Movimentos sociais são compreendidos como sujeitos organizadores, que se colocam como expressão política de si mesmos, sem intermediações. São também, portadores de reivindicações e apontam para a universalização dos direitos, explicitando contradições sociais e construindo alternativas.

⁴ No Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Linha de Pesquisa: Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais.

⁵Referiremos-nos ao MMC/RS como MMC, com exceção de quanto trata-se do Movimento em parâmetro nacional.

⁶ A pesquisa participante e a pesquisa-ação foram tomadas como base na investigação pelo fato de que, conforme Fals Borda e Brandão (1987), há comprometimento por parte de quem pesquisa para com o grupo pesquisado e a ideia de não neutralidade na pesquisa, cabendo decisões políticas. O complemento de Bourdieu (1989) com a objectivação participante, se deu devido ao autor defender que esta forma de pesquisa compreende o pesquisador (a) como um sujeito que, ou já esteve ou, está muito próximo/dentro do que vem a pesquisar. Admite-se, neste aspecto, que é uma das mais difíceis pesquisas pelo fato da exigência de afastamento, mas, de outro modo, por meio dela, é possível evidenciar elementos que demais pesquisadores não poderiam conhecer e desvendar.

Esta mescla foi necessária pelo fato de a autora principal do trabalho ser militante do Movimento o qual pesquisou, envolvendo conhecimentos anteriores à pesquisa e olhares de dentro da Organização. De outro modo, destacamos a árdua exigência de afastamento, para conseguir enxergar para além do possível na militância, caso contrário não teria sentido a pesquisa. A escrita se justifica pelo fato de suscitar reflexões no campo na educação não escolar, ou seja; mostra que a educação é muito mais ampla que os contextos escolares, e, no caso desta pesquisa, fica evidente que em Movimento, aprende-se, acima de tudo, a ser sujeito.

Para a realização de coleta de dados, foram utilizados questionários com questões abertas e fechadas, observações com registros em diário de campo, entrevistas e pesquisa documental⁷. Nos questionários houve distinção entre mulheres dos grupos de base das comunidades, e, mulheres que compõem as instâncias de direção e coordenação do MMC, devido às diferenças de acúmulo de elementos políticos e experiências feitas na Organização.

As mulheres camponesas afirmam que a sociedade em que vivemos é patriarcal⁸ e capitalista, e um dos objetivos principais do Movimento atualmente é a luta contra ambos os “modelos”. Se na afirmação de Zarth (2002), os camponeses foram e continuam sendo ocultados, ou “esquecidos”, as mulheres camponesas sofrem muito mais este ocultamento e, partindo dessas considerações, é que nos propusemos a refletir acerca da temática das mulheres em Movimento, as quais afirmam construir sua história como sujeitos, com maior dignidade e reconhecimento.

Organizações das Camponesas no Rio Grande do Sul e o MMC

Com relação às mulheres formarem Movimentos consistentes de trabalhadoras rurais ou camponesas, grande parte dos relatos revelam que isso se dá no início da década de 80 no Brasil, sendo que, anterior a esse período, sua invisibilidade era quase total. De acordo com Conte,

⁷ Tivemos vinte e dois questionários respondidos pelas mulheres da direção e coordenação, de um total de vinte e cinco. Mulheres de grupos de base, de cem, foram-nos devolvido noventa e cinco questionários preenchidos. O número de entrevistas foi onze, abrangendo, também diferentes instâncias de participação e o critério foi a saturação. A pesquisa foi realizada em dez regiões conforme organicidade do Movimento, compreendendo trinta e quatro municípios.

⁸ Do patriarcado, que segundo Muraro (2002) se estabelece com base na superioridade masculina sobre as mulheres, trazendo implícita a noção de relações hierarquizadas com poderes desiguais. Castells (2002) fala em patriarcalismo e o define como uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas, caracterizado pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e os filhos desde o âmbito familiar. Dessa forma, ele permeia toda a organização da sociedade: produção, consumo, política, legislação, cultura, etc.

Martins e Daron (2009) uma das maiores conquistas dos vários segmentos de lutas das mulheres camponesas, foi o reconhecimento da profissão como trabalhadoras rurais, algo que só aconteceu com a pressão de vários Movimentos de mulheres frente à Constituição Federal de 1988.

A mesma fonte indica que o início das lutas organizadas das mulheres camponesas no Rio Grande do Sul surge de tendências diferenciadas: uma de dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais vinculados a CUT; outra, era político eleitoral, contudo, este momento não pode ser separado de um contexto geral de Organização popular pela reabertura democrática. Outrossim, não separa-se, também, das contestações desencadeadas em resistência e rebeldia desde a invasão colonial. No caso, o surgimento do atual MMC no Rio Grande do Sul, se dá a partir do Movimento das mulheres da roça (OMR), que, por sua vez, data de 1983. A então OMR surgiu em parte com algum apoio de alguns STR's, mas muito mais, com o incentivo de pastorais sociais ancoradas na Teologia da Libertação e, assim primou-se por ir se constituindo em Movimento autônomo (com autonomia dos sindicatos e também dos setores eclesiais).

Os documentos pesquisados e as entrevistadas permitem-nos afirmar que as mulheres do campo eram negadas de direitos básicos enquanto reconhecimento e este foi um dos principais objetivos que motivou a criação da OMR. Contudo, uma fala coletada demonstra que no início das Organizações, algumas mulheres não tinham claro o que representava participar de uma ou de outra, mas a necessidade colocada as impulsionava para a luta pela conquista de direitos e reconhecimento.

A fala de uma das pesquisadas, que se mantém no MMC desde a constituição da OMR salienta que *no início da Organização eu não sabia direito no que ia dar o Movimento, mas eu saí de casa para ir em busca de meus direitos, pois o preço dos produtos que a gente produzia não valia quase nada e era só o homem que podia se aposentar aos 65 anos de idade com meio salário mínimo*. Ressalta, ainda, que sua indignação a fez sair de casa porque *vi minha sogra enferma na cama, se sentindo culpada pelo fato de não poder trabalhar e ainda gastar o dinheiro da aposentadoria do sogro por causa de sua doença*⁹.

A fala evidencia a situação em que as mulheres do campo se encontravam além de revelar grande indignação com o contexto: de um lado, sem direitos por não ser reconhecidas como sujeitos, trabalhadoras e, de outro, também a culpa. O fato de ser mulher da roça, empobrecida, tornava-se um condicionamento, mas muitas delas perceberam que a re-

⁹ Fala coletada em observação na 7ª Assembléia, ocorrida de 18 a 20 de outubro de 2009 no município de Palmeira das Missões.

alidade poderia ser diferente. No caso das mulheres do MMC, perceberam isso, com auxílio da igreja progressista, que no início, impulsionou o Movimento.

Diante do exposto, vale ressaltar o contexto latinoamericano em que eclodem movimentos de mulheres camponesas devido ao fato de que

as oligarquias liberais do final do século XIX e início do século XX teriam feito de conta que constituíam Estados, mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsciente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal constituíram cultura de elite, deixando de fora enormes populações indígenas e camponesas que evidenciam sua exclusão em mil revoltas (CANCLÍNI, 1998, p. 25).

De acordo com a argumentação do autor, fica evidente o porquê do surgimento de Movimentos sociais. A colocação é feita na generalidade, mas, no caso da pesquisa desenvolvida no MMC, pode-se dizer que os Movimentos de mulheres camponesas nascem no contexto de profunda e dolorosa exclusão, conforme já explicitava a fala de uma das mulheres pesquisadas, quando enfatizava o fato de sair de casa no momento em que se percebeu negada de direitos e dignidade. Ao que fica evidente um dos primeiros aprendizados foi de que solução para os problemas que os afligia não se daria se permanecessem em casa trabalhando; era preciso sair para conversar com outras mulheres e, juntas, encontrar saídas. Para isto, tiveram que ousar e romper com o estabelecido “lugar de mulher da roça”. Elas foram mal vistas e mal faladas...

No início da década de 80, no cenário em que se tornam visíveis os movimentos de mulheres camponesas, estava acirrada a luta pelo direito à terra, de forma especial pela força exercida pelo MST, o qual se constituía, com o apoio de setores progressistas da igreja e demais segmentos de esquerda e intelectuais engajados. Sobre isso, Martins destaca que

nos movimentos sociais dos últimos anos, a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação do trabalho que ela impõe aos que dela precisam trabalhar. Privação que aparece como privação do direito à vida (1989, p. 22).

Desde que surge o atual MMC aos dias atuais, pode-se constatar,

segundo Conte, Martins e Daron (2009), que o mesmo passou por transformações significativas, como, por exemplo, o fato de se constituir Movimento em âmbito nacional, assumindo também o caráter feminista, além de camponês. Contudo, menciona-se que, desde o início da Organização, estava explícita a luta pela libertação das mulheres. Segundo a mesma fonte (p. 97), a OMR que vigorou entre 1983-1989, nasceu pelo entendimento de que “as mulheres devem participar e comandar, desenvolvendo seu papel político na sociedade”.

Ao que pudemos observar e experienciar, não raras vezes as mulheres do MMC falam em libertação, sendo que para elas, o ato de libertar-se, passa, principalmente pelo fato de poder sair do espaço da casa e entender a amplitude do mundo, aprendendo com as outras que pode ser diferente. E, que o que é difícil de conseguirem sozinhas, torna-se mais fácil se houver organização.

Ainda de acordo com as mesmas autoras, em 1989, as mulheres ligadas à OMR decidiram formar uma Organização autônoma, visto que até então estavam vinculadas a sindicatos e igrejas em grande medida e, ainda assinala-se o fato da dependência também econômica frente ao andamento das lutas que vinham desencadeando. Surge, assim, o primeiro encontro estadual do MMTR/RS, cujo tema do encontro foi “Mulher que luta organizada gera nova sociedade¹⁰”. Neste encontro é reafirmada a luta de classe articulada à de gênero, pois as mulheres estavam convictas da necessidade de transformações na estrutura econômica e também cultural.

Segundo pudemos acompanhar e fazer parte da luta das mulheres como militante, da OMR, originou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/RS), sendo transformado em MMC/RS no ano de 2004, por ocasião do primeiro congresso Nacional¹¹ do Movimento ocorrido em Brasília, de 05 a 08 de março de 2004, do qual pudemos participar, inclusive desde seus preparativos.

Constata-se que nesse aspecto, o Movimento está em movimento, se fazendo também pelas parcerias que tem estabelecido com outras Organizações classistas e feministas. Diante disso, organiza-se de acordo com suas pautas, entretanto, em algumas ocasiões, articula-se junto a

¹⁰ Pode-se observar que essa palavra de ordem está estampada em camisetas que algumas militantes usam ainda nos dias de hoje como simbologia de extrema importância. Na sede do Movimento, em que observamos reuniões durante o processo de pesquisa.

¹¹ Com este Congresso, o MMC passa a ser um Movimento Nacional e na ocasião, em 2004, contava com a presença de mulheres de quatorze Estados da Federação. Atualmente o MMC está organizado em vinte e dois Estados, com maior ou menos intensidade, segundo as possibilidades organizativas.

outras Organizações, inclusive é uma das organizações que constitui a Via Campesina¹². Em vista de prosseguir, está em constante avaliação, conforme pudemos perceber em todas as reuniões¹³ em que realizamos observações. Esse pensar e repensar os rumos da Organização foi explicitado em uma das reuniões da direção em que se discutia o papel do Movimento, conforme a fala a seguir:

Temos que ter muito claro, qual mesmo é o papel do Movimento porque por outro lado não somos um grupo de técnicas, agrônomas e veterinárias... este é o papel de sindicatos, Emater, cooperativas.... o papel do Movimento é levar as mulheres a se libertar: sair, se qualificar, ter capacidade de discutir politicamente, participar (ALEXANDRA K.)¹⁴.

Na ocasião, discutiam-se os rumos do Movimento frente ao papel que ele vem desempenhando e ao que ele se propôs. Avaliava-se que por um período tinha-se acompanhamento técnico a grupos de base por parte de lideranças com especialização em agroecologia, por exemplo, e no momento isso não é mais possível. Neste caso, a continuidade da reflexão apontou que *o entendimento é que o Movimento não é só uma coisa não só outra: nem só a parte prática do trabalho com plantas medicinais, agroecologia, produção, nem só política, porque o prático é amarrado no político e temos que fazer as duas coisas* (OLGA B.).

¹²De acordo com Conte, Martins e Daron (2009), a Via Campesina do Rio Grande do Sul surgiu “oficialmente” por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, acontecido em 2001 em Porto Alegre, pois já havia relações estabelecidas e lutas conjuntas entre os movimentos do campo. No momento atual, aglutina as seguintes Organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos estudantes de Agronomia (FEAB). Vale ressaltar que, enquanto Organizações de mulheres tanto dos movimentos mistos quanto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/RS que veio a ser o MMC) havia articulações de lutas e pautas conjuntas, especialmente pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a qual aglutinava mulheres de vários movimentos populares camponeses e sindicais existentes no Brasil, desde o início da década de 90. De acordo com Ribeiro (2010), a Via Campesina é um movimento internacional, fundado em Mons, Bélgica, em 1993, que congrega organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. É um movimento pluralista, formado por organizações nacionais e regionais, com autonomia.

¹³ De forma especial, a reunião da direção realizada em 02 de fevereiro de 2010 em que foi feita uma avaliação profunda do papel do Movimento e do andamento das lutas, parcerias e alianças.

¹⁴ Optamos por utilizar pseudônimos para nomear as mulheres e suas falas. Como pode-se perceber, os nomes são de lutadoras históricas da luta popular e feminista.

A partir da fala da dirigente, percebe-se que a gestão política do Movimento é feita por elas, logo, a responsabilidade do MMC ser o que ele é e está sendo remete a cada mulher que se propõe a construí-lo. A reflexão sobre o Movimento perpassa toda a lógica da Organização, inclusive com relação às reuniões. De acordo com observações, há um vai e volta em muitas discussões, sendo que ao final é verificado se há entendimento ou consenso por parte de todas, sempre considerando como as mulheres da base irão entender, desde o jeito de falar, escrever e encaminhar.

No exercício de olhar, investigar o Movimento, observamos que há um tempo diferenciado de compreensão entre as mulheres da base, ou coordenação e algumas dirigentes, obviamente, devido às diferentes experiências de nível teórico ou político no Movimento¹⁵. Nesse sentido, uma das falas chamava a atenção para o tempo das mulheres poderem compreender o que está se discutindo nas reuniões da coordenação em que há muitos assuntos e variados encaminhamentos:

Assim como a vida na agricultura requer uma dinâmica, uma lógica e uma organização, da mesma forma funciona o Movimento. Requer tempo, análise, processo, pois a gente vai se empoderando na medida em que consegue ter atuação qualificada. As reuniões não podem ser tão rápidas, pois muitas mulheres têm a lógica da agricultura e da agroecologia onde as coisas são misturadas e ao mesmo tempo (NADEJDA K.).

¹⁵ Observando reuniões da coordenação estadual, verificamos que as algumas mulheres demoram mais para entender alguns assuntos. Grosso modo, poderia-se dizer que as mais novas nessa instância apresentam maiores dificuldades, porém, não de maneira assim retamente, pois, depende da experiência que cada mulher fez e faz na sua base, nas comunidades e região. Pessoalmente, depende também de ser mais ou menos tímida, ter ou não dificuldade de se expressar, dificuldades de escrita, etc. No entanto, durante essas reuniões sempre há debates em grupos para síntese coletiva, no sentido de que em pequenos grupos as mulheres que se manifestem menos no coletivo possam se sentir mais a vontade de falar/opinar, contestar, perguntar, se isso for um problema para ela. Quem coordena (havendo rodízio de duas a duas dirigente por meio dia, ou por dia, dependendo dos assuntos) fica atenta a esses detalhes e, se necessário, dá mais tempo para voltar a debater questões antes de encaminhar. De forma geral, é bem esmiuçado, em nossa compreensão, pois as mulheres fazem ligação direta com o fazer prático nos grupos, comunidades, municípios e, nesse aspecto, umas contribuem com as outras no dizer o que fizeram, o que deu certo, o que estão fazendo e talvez poderia ser diferente. Os momentos informais (alimentação, preparação de mística, limpezas), que acontecem durante as atividades de um dia e meio ou dois, são momentos de muitas trocas entre os grupos encarregados de cada tarefa.

As falas trazidas das mulheres revelam claramente o fazer-se do Movimento e a exigência de um tempo para a militância. De outro modo, além do tempo cronológico, há outro tempo, político e subjetivo que é levado em conta, que é a questão da criminalização dos Movimentos, como um tempo difícil, com poucos avanços e muita resistência e persistência. A seguir, consideramos pertinente apresentar:

Perspectivas de Libertação no MMC

Ao buscar enxergar como acontece a libertação das mulheres inseridas no MMC, perguntamos o que de mais significativo atribuem ao Movimento, como aprendizado, pois, se o Movimento desde seu início fala em libertação, é porque há um jeito de fazê-la acontecer, de aprender essa libertação, romper com algo e fazer coisas novas.

O Movimento é construído no fazer/atuar de cada militante a partir de decisões políticas coletivas e, também individualmente, a partir de concepções e aprendizados diversos, que se dão desde pensar, estrategiar e fazer as tarefas de costuras das lutas, aos momentos pontuais de estudos, reflexões, avaliações, coordenação de processos, representações frente a demais entidades, etc. Além disso, o MMC se constitui num espaço de grande socialização de saberes a partir das experiências das mulheres e seus cotidianos, conforme pudemos perceber durante com a pesquisa.

Ao que pudemos observar e também experimentar no MMC, as socializações diversas se dão desde as reuniões ou encontros dos grupos de base nas comunidades, ou nas casas das mulheres até em momentos que se reúnem a coordenação e direção ou em encontros massivos de luta etc. Quando perguntado como aprendem, a grande maioria delas respondeu *participando do Movimento* seja das lutas, dos encontros, nos grupos de base e, nisso entra uma questão bastante subjetiva de como cada uma é tocada por aquilo que vê/ tem contato no Movimento. Mas, o que ficou explícito é que aprendem umas com as outras, ou seja, a partir de experiências anteriores, e que também pode-se relacionar com a identificação que as mulheres vão tendo com o MMC a partir das próprias companheiras.

Com relação à experiência, Thompson argumenta que

Com a 'experiência' e 'cultura', estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas

experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (1981, p.189).

Assim, pode-se dizer que as mulheres do MMC experimentam suas próprias experiências refletidas na e por ocasião da Organização, as quais constroem dia-a-dia, seja nas lutas explicitadas ou cotidianas no universo de suas casas e unidades de produção. Logo: o MMC é também constituído pelas experimentações que as militantes e dirigentes vão fazendo no cotidiano com ou sem auxílio teórico.

Em se tratando dos aprendizados do Movimento para as mulheres, ficou nítido e com maior força a palavra *capacidade* de entender, perceber, agir e compreender a situação real de vida das mulheres. Também revelam exercitar a capacidade pessoal de se desafiarem a fazer coisas que jamais se imaginavam fazer, como coordenar encontros, processos de formação, articular pessoas para atividades. Nessa mesma direção, a qual se vincula a aprendizados no MMC, aparece a palavra *compreensão*, sendo ela relacionada à amplitude de mundo; complexidade do funcionamento da sociedade; transformação da sociedade.

Foi mencionado pelas mulheres, como maior aprendizado, a *libertação* própria e das demais mulheres; a luta/conquista de direitos a partir da Organização com destaque para a condição de ser sujeitos, com autonomia não sendo elas, propriedade de ninguém e de ter atuação para além do espaço privado.

Além disso, foi ressaltado que o maior aprendizado é com relação à *valorização* e ao *reconhecimento das mulheres* e, nesse aspecto, poderia soma-se o que disseram sobre direitos, destacando que com a luta/conquista de direitos foi possibilitada maior valorização pessoal. Destaca-se também como aprendizado a *coragem* que as mulheres vão adquirindo, fazendo-se respeitar, a dignidade e o compromisso com outras pessoas.

Uma das pesquisadas citou o fato de *aprender a superar dificuldades na família* e, também, em outro caso, foi citado que *aprendeu a respeitar o tempo e o passo das mulheres*. Como pode-se perceber, as mulheres trouxeram fortemente a ideia de capacidade e compreensão, o que em diálogo com Freire, poder-se-ia relacionar com o *ser mais*, ou seja, com o fazer-se enquanto sujeito.

Os elementos *capacidade*, *compreensão* e *respeito* trazidos pela pesquisa, vêm de encontro ao que a sociedade patriarcal disseminou e fez

com que boa parte das próprias mulheres passassem a acreditar sobre o sexo feminino. Segundo Gebara (2002), em grande medida, no patriarcado as mulheres passaram a ser vistas e consideradas como débeis e frágeis, como seres impuros e inconfiáveis, incapazes de pensamento/reflexão mais apurados e aprofundados.

Percebe-se, dessa forma, conforme apontado pelas pesquisadas com maior ênfase, o que contraria condicionamentos estruturados e estruturantes da sociedade patriarcal, e vê-se o Movimento como sujeito educador. De um lado, ao negar ordens estabelecidas e, de outro, ao romper com as ordens, pelo fato das teimosias, resistências e lutas diversas para outra ordem social: aquela em que as mulheres possam viver melhor e não ser subjugadas e inferiorizadas pelo fato de terem nascido mulher. Demonstrem que querem ser pensantes e não mais pensadas, parafraseando Freire, por isso, destacam como um dos maiores aprendizados a *compreensão*.

Não poderíamos deixar de apontar outra questão relevante evidenciada pelas mulheres, ao destacarem a *libertação*, salientando que essa palavra é chave naquilo que é compreendido como “missão” do Movimento, conforme pode ser visto já a partir de 1989¹⁶. No MMC, menciona-se constantemente a *Libertação* como uma necessidade, sendo vinculada à própria existência do Movimento.

Nas entrevistas realizadas, buscamos aprofundar elementos que foram apontados nos questionários e perguntamos, então, o que as mulheres entendem por libertação e, as mulheres assim responderam: *é poder ser livre para sair quando quiser; é enxergar a realidade, perceber que sofre violência nesta sociedade, por ser mulher e pobre; requer uma ação da pessoa,- a ação de libertar-se, ter direitos, ter direito ao próprio corpo; são novos hábitos, novos valores, precisa mudança do sistema também; é romper com tantos medos e tabus, porque temos tantos...; é ser dona do seu nariz, ter liberdade de expressão, não se importar com que os outros dizem; é ser diferente, subir na vida, fazer outras coisas que não as mesmas*

¹⁶ A “missão” do Movimento, desde a época do MMTR/RS, é descrita em vários materiais, especialmente cartilhas e folders. Em geral, nos folders, encontra-se descrita na parte de trás e, nas cartilhas, no início dos textos. “Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza”. Fonte: folder MMC Brasil (2004, p. 03). Nesse caso, a missão do Movimento Nacional, afirmada em 2004, é praticamente idêntica à do MMTR/RS.

de casa, sair...; é ter direito a fazer aquilo que quer, de realizar os sonhos; é não ser dependente financeiramente; é não aceitar proibições.

Com relação à libertação, uma das entrevistadas chama a atenção para o fato de que o Movimento *trabalha muito essa palavra politicamente, mas que falta algo, que seja menos “pesado” também, entende?* (...) Ela não soube dizer exatamente, mas entendemos que se referia a algo do campo individual, afetivo, sem deixar de lado o político, mas fazer as duas coisas juntas.

Conforme dá para perceber, libertação tem a ver com liberdade e, no dizer das mulheres, com a percepção da realidade que se vive, com vontades, sonhos, autonomia. Ribeiro (2010) destaca que a palavra *liberdade* surge num contexto histórico a partir de lutas sociais populares por terra e trabalho, tendo origem, portanto, em movimentos camponeses desde o século onze. Conforme fica explícito, liberdade é uma palavra que nasce no bojo de lutas camponesas e, as camponesas do MMC dos tempos atuais, entendem a libertação/liberdade perpassada pelo processo de conscientização que as possibilita ser mais.

A *valorização* e o *reconhecimento* são também mencionados como aprendizados e, entendemos que essas palavras podem ser aproximadas a *ser sujeito* e *ter autonomia* também destacados pelas mulheres. Diante disso, é possível enfatizar que o destacado por elas é justamente o que lhes constitui sujeitos políticos. Nesse aspecto, Brandão e Assumpção (2009) enfatizam que ser sujeito político possibilita deixar de ser pessoa anônima na cultura, para ser sujeito coletivo em vista de transformação da história e da cultura de um país.

Quando perguntado, então sobre “o que você considera mais importante das coisas que aprendeu no Movimento”, foram-nos volvidas as seguintes considerações:

Em primeiro plano, é evidenciada a *conscientização*, sendo ela relacionada ao modelo de sociedade, de produção, de relação com a natureza e a vida do planeta; ao entendimento de como funciona a sociedade, as leis etc. As mulheres mencionam o fato de enxergar mais longe, abrir os olhos, ter projeto de vida, adquirir coragem, sentir indignação, ter outra visão de mundo, ideais, clareza, aprendizado, consciência crítica, acesso a conhecimentos, espírito de luta, valorização das mulheres, a importância de se organizar, entre outros.

Em nosso entendimento, a palavra *conscientização* expressa mais ou menos algo parecido, no entanto é mais abrangente, pois ter consciência de algo vai além de compreender. Pode-se perceber, dessa forma, um encontro entre o que percebem como importante, e, também de maior aprendizado entre as mulheres dirigentes e militantes do Movimento.

Novamente, falam de maneira enfática sobre a *libertação*, mencionando como importante os *direitos*, sendo que quando o citam, complementam com: a luta feita, a conquista, a clareza sobre direitos individuais, coletivos e sociais, fazer valer os já conquistados. Após esse agrupamento, é mencionada em quarto plano, a luta das mulheres como importante, a garra e a força para sua continuidade desta trajetória.

Após agrupar tais concepções das camponesas, com relação aos conhecimentos aprendizados adquiridos, os demais elementos citados são: independência enquanto mulher, valorização; organização; e o fato de possuir documentos. Contudo, percebe-se que a importância do MMC para as mulheres, também se fundamenta no que lhes possibilita crescimento pessoal e coletivo enquanto ser humano. Uma frase dita por uma mulher mostra o quanto ela valoriza essa conscientização adquirida por meio do Movimento, quando argumenta que *a consciência crítica da gente ninguém pode roubar e ela tem um valor que ninguém pode comprar* (CLARA Z.).

Ao refletir sobre o que foi dito pela militante, consideramos oportuna a afirmação de José de Souza Martins (1989, p. 124-125) de que “a resistência popular se nutre de um saber popular, mesmo quando aparentemente ou circunstancialmente é nutrida por um saber erudito mediado pelas organizações políticas”. Contudo, sabe-se, conforme já dizia Marx, que o processo de consciência das pessoas depende da materialidade, ou seja, das condições em que se encontram, o que é retomado por Iasi (2007) quando expõe que a consciência não deve ser concebida como ‘é’, mas como algo que ‘se torna’ pelo fato de não ser estático e manter-se em constante e permanente movimento.

Diante dessa ponderação, oportunamente ressaltamos que, por mais que a militante afirme que sua consciência crítica não possa ser comprada, talvez nem sempre será possível ela agir de acordo com essa consciência (crítica) a partir de princípios e aprendizados do Movimento. Mais uma vez chamamos Iasi com sua argumentação: “longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou” (p. 13).

Da mesma forma, como o MMC é feito de pessoas, suas linhas e posições políticas frente à sociedade dependem, em grande medida, da estrutura social, que grosso modo é alienante pelo fato de que se vive numa sociedade patriarcal capitalista. Nesse sentido, destacamos mais uma vez Martins (1989) quando reflete sobre a privação das pessoas em detrimento do capital, o que, segundo o autor, as tolhe de conhecimentos e saberes adequados à compreensão e à explicação do próprio capitalis-

mo. Talvez por esse motivo as mulheres do MMC encontrem no Movimento algo que não veem em outros espaços sociais tão claramente: oportunidade de entender melhor e compreender a sociedade, o momento político, e a si mesmas, pois várias delas afirmam que o *Movimento é a faculdade* a que não tiveram acesso.

Das Coisas Importantes dos Cipós de Flores Lilases

A metáfora das flores lilases e dos cipós refere-se ao contexto camponês em luta por um lugar: de reconhecimento, de ser sujeito, de mudanças, enfim... rumo a possibilidades de libertação em que é possível empoderamento por meio da Organização que contesta o capital e o patriarcado, de onde decorrem experiências e aprendizados. Trata-se da luta, mas sem esquecer as *bonitezas*, e, por isso as flores, se não bastasse trazer o mato presente nos cipós, como lugar de diversidade, que por sua vez nega um “modelo” homogeneizante de agricultura vinculado ao agronegócio.

Segundo indicou a pesquisa, as mulheres camponesas do MMC constroem processos de libertação a partir de lutas e processos coletivos, mas também em embates individuais/familiares no âmbito das relações de gênero que estabelecem. Para tanto, afirmam, em primeiro plano, a conscientização, a qual se dá na participação da vida do Movimento. Segundo pudemos entender, as mulheres se libertam quando ousam sair do espaço privado (casa/ filhos) e apreendem sobre a amplitude do mundo. É neste espaço que começam a compreender melhor como funcionam os poderes instituídos e a lógica que eles constroem, em geral, impondo normas e regras a elas, como trabalhadoras do campo.

Junto a isso, explicitam ao se referir ao processo de libertação, a importância da experiência, seja de outras companheiras que estão “mais à frente”, seja com relação ao acúmulo de lutas, anteriores. Relatam que ter autonomia (documentos pessoais, profissionais, acesso à terra e direitos) é fundamental para conseguirem a libertação, que segundo entendem é serem livres, sem precisar pedir favor. Neste aspecto assumem que é preciso enfrentar os conflitos desde dentro de casa para possibilitar mudanças, pois já não aceitam mais ser sombra do outro.

A busca pela conquista de direitos, segundo mostrou a pesquisa, serviu, também, de justificativa para elas saírem de casa, para além de suas comunidades no início da década de 80. De acordo com a fala de uma pesquisada, naquele momento uma mulher que saísse de casa precisava se justificar e ser respaldada, tanto pela família quanto pela comunidade, mas foi a partir disso que elas descobriram a amplitude de um universo muito além do espaço privado e, posteriormente, que as lutas deveriam

ser para além dos direitos.

Com relação a esses aspectos, ficou evidenciado que a contribuição do feminismo se deu mais indireta, que diretamente no início da constituição da Organização, mas parece ter sido fundamental para fomentar ousadias, dar passos e fazer com que, da OMR, para o MMTR/RS passassem a aglutinar forças no MMC Brasil em 2004.

Ao que transparece, as mulheres pesquisadas salientam que passaram a compreender a amplitude da sociedade, o que não mais permite considerá-las apenas serem pensadas por outrem. Elas, ao se pensarem a si em Movimento, mostram que é possível a libertação e, ainda, que, a emancipação, o fazer-se sujeito, passa por aí. Esta libertação vai se dando de fato, quando se sentem capazes de pensar politicamente e propor políticas ao Estado, por exemplo, e por isto, os acampamentos, marchas, mobilizações e encontros são fundamentais. Nestes espaços estudam, fazem ensaios de dizer a palavra publicamente, mostram indignação contestando, mas também propondo.

Como vivem em uma realidade em movimento, com contradições e complexidade, estas mesmas mulheres sofrem ação do patriarcado, sendo ainda negadas e inferiorizadas em alguns aspectos. Contudo, não desistem de reagir e, em Movimento se dão conta de como a opressão acontece, como a reproduzem e como podem superá-la quando isso é possível. Uma das entrevistadas, inclusive, mencionava que *essas transformações (da consciência crítica à ação) são as mais demoradas e, nem todas as mulheres do MMC chegam a esse patamar, pelo fato de exigir rupturas*. Outra fala ainda, de outra entrevista, salientou que *as mudanças se dão primeiro comigo e são difíceis de aguentar quando se trata das novas relações de gênero*.

Ao que tudo indica, estar no MMC significa dispor-se a construir outras formas de sociedade a partir da luta, visto que é bastante visibilizada, também nos materiais elaborados pelo Movimento, a idéia de que as mudanças são forjadas com a luta e nela vai se aprendendo, não havendo uma receita única.

Retomando a fala da entrevistada, ela mostra que as mulheres não são seres perfeitos e que em alguns momentos também oprimem e tomam para si alguns espaços (em geral a cozinha e os filhos (as) como um espaço ou reduto de poder, quando não lhes restam outros de maior importância). Desse ponto de vista, Freire (1987) é elementar quando reflete sobre a relação opressor-oprimido, destacando que, assim como o oprimido hospeda em sua mente o opressor, também reproduz essa opressão, mas sempre numa relação de oprimido.

Destacamos como importante, o fato de que ela se deu conta de

como agia e buscou mudar. Mudou porque se viu forçada a mudar (para continuar saindo de casa) e percebendo que as demais companheiras construía outras possibilidades de relações em suas casas também. Talvez, poderia-se dizer que nesses pequenos atos de tomar consciência também sobre si começa a acontecer o que Freire (2004, p.12) chama de “inédito viável”.

Assim, o processo de libertação das mulheres do MMC vai se dando de forma dialética entre o privado e o público, atravessadas por conflitos, em que se avança no processo de consciência crítica, o qual empurra para ações em vista do Novo, daquilo que ainda se tem para construir, no enfrentamento das desigualdades de classe, gênero e raça/etnia, sem esquecer as relações com a natureza.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico: memória e sociedade*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde*. Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Encuentro de instituciones uruguayas com Carlos Rodrigues Brandão. In: INSTITUTO DEL HOMBRE. *Investigación participativa*. 2. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental SRL, 1987. p. 31-48.

CANCLÍNI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair na modernidade*. Tradução de Heloíza Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: USP, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol II. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009. p. 86-132.

FALS BORDA, Orlando. Encuentro de instituciones uruguayas com Orlando Fals Borda. In: INSTITUTO DEL HOMBRE. *Investigación participativa*. 2. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental SRL, 1987. p. 09-30.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Edição especial. Brasília: Paz e Terra/Anca, 2004.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. Folder sobre a missão do Movimento [s/ed], 2008.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

PALUDO, Conceição. Educação popular e movimentos sociais na atualidade: algumas considerações. In: RIBEIRO, Jorge Alberto da Rosa; RIBEIRO, Marlene (Orgs.). *I Seminário do Tramse - trabalho, movimentos sociais e educação: redes de pesquisa*. Porto Alegre: Itapuí, 2011.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

Data de recebimento: 27.06.2011

Data de aceite: 14.05.2012